



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 640, DE 2012  
(Da Sra. Andreia Zito)**

Susta a aplicação da Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de julho de 2012, da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**DESPACHO:**  
ÀS COMISSÕES DE:  
TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD)

**APRECIÇÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica sustada a aplicação da Portaria Normativa nº 4, de 06 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 09 de julho de 2012, da Secretaria de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou em 9 de julho de 2012, a Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012, estabelecendo orientações aos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC, quanto aos requisitos e procedimentos a serem observados para a concessão de licença para tratar de interesses particulares de que trata o art. 91, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, abaixo transcrito:

**“Art. 91. A critério da Administração poderão ser concedidas ao servidor ocupante do cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.**

**Parágrafo único. “A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.”**

Observe que a redação vigente preconiza a concessão de licenças, o que significa mais de uma vez a concessão de três anos consecutivos, sem remuneração.

A Portaria Normativa que objetiva orientar, na realidade está trazendo uma nova redação a este artigo, pois assim diz: **“Art. 1º A concessão de licença para tratar de interesses particulares no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC observará o disposto nesta Portaria Normativa.”**

Aqui começa toda a irregularidade deste ato normativo, pois é a total transformação do disposto no art. 91 da Lei nº 8.112/90, significando a nosso ver, ação ilegal. **“Art. 2º A licença para tratar de interesses particulares será concedida no interesse da Administração, por um período de até três anos consecutivos, incluindo eventuais prorrogações, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor, ou por necessidade de serviço.”**

Observe que na redação do art. 91, vigente, diz: **a critério da administração e não no interesse da administração**. Ou seja, a lei fala em “licenças” e não em um período de licença de até três anos.

Observe que o § 1º é total inovação legislativa e estranha à Lei, trazida irregularmente pela Portaria Normativa, portanto, inconstitucional: **“§ 1º Para fins de concessão de nova licença da espécie, o servidor terá que permanecer em exercício na Administração Pública Federal por, no mínimo, igual período ao que esteve usufruindo a referida licença.”**.

Observe, ainda, que a redação do § 2º não tem nenhuma sintonia com o dito Parágrafo único do art. 91: **“§ 2º O total de licenças para tratar de assuntos particulares não poderá ultrapassar seis anos, considerando toda a vida funcional do servidor.”**.

Observe que este parágrafo é, simplesmente, a redundância de todo o desrespeito administrativo, no tocante a redação vigente do art. 91 da Lei nº 8.112/90: **“§ 3º Caso o servidor, na data de publicação desta Portaria Normativa, esteja usufruindo a licença em período superior ao estipulado no parágrafo anterior, ficará resguardado o término do referido período sendo-lhe vedadas novas concessões, ou prorrogações.”**.

Já o art. 5º desta Portaria Normativa, assim diz: **"Art. 5º Fica suspensa no âmbito dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, a concessão da licença de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001.”**.

Agora, observe o que está preconizado no art. 8º: **"Art. 8º Fica instituída licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, de natureza indenizatória, correspondente a seis vezes a remuneração a que faz jus, na data em que for concedida, ao servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União, ocupante exclusivamente de cargo de provimento efetivo, desde que não esteja em estágio probatório.”**.

Como e porque suspender no âmbito dos órgãos do SIPEC a aplicação deste art. 8º, onde na legislação pertinente, em seu § 2º já está afirmado que esta licença incentivada só é concedida a critério da administração, como também, em seu art. 9º já está ratificada as situações que serão vedadas a concessão da licença incentivada sem remuneração.

Há de se ressaltar que a citada Portaria Normativa tem a sua abrangência limitada por ser aplicada somente aos servidores públicos civil federais, regida pelo Regime Jurídico Único de que trata a Lei nº 8.112, de 1990, do Poder Executivo Federal, em consequência, exclui desta norma os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Por conclusão, uma vez que sou do entendimento que esta Portaria Normativa fere os princípios constitucionais vigentes, cumpre-me o dever, na qualidade de deputada federal, apresentar esta proposição, visando restabelecer a aplicação das normas mencionadas anteriores em seus termos.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 2012.

Deputada Andreia Zito

PSDB/RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 4, DE 6 DE JULHO DE 2012**

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC quanto aos requisitos e procedimentos a serem observados para a concessão de licença para tratar de interesses particulares, de que trata o art. 91 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 23 do Anexo I ao Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e considerando o disposto no art. 91 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 8º da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º A concessão de licença para tratar de interesses particulares no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC observará o disposto nesta Portaria Normativa.

Art. 2º A licença para tratar de interesses particulares será concedida no interesse da Administração, por um período de até três anos consecutivos, incluindo eventuais prorrogações, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor, ou por necessidade do serviço.

§ 1º Para fins de concessão de nova licença da espécie, o servidor terá que permanecer em exercício na Administração Pública Federal por, no mínimo, igual período ao que esteve usufruindo da referida licença.

§ 2º O total de licenças para tratar de assuntos particulares não poderá ultrapassar seis anos, considerando toda a vida funcional do servidor.

§ 3º Caso o servidor, na data de publicação desta Portaria Normativa, esteja usufruindo a licença em período superior ao estipulado no parágrafo anterior, ficará

resguardado o término do referido período sendo-lhe vedadas novas concessões, ou prorrogações.

Art. 3º Não poderá ser concedida licença para tratar de interesses particulares a servidor que esteja em estágio probatório.

Art. 4º O servidor que esteja usufruindo a licença para tratar de interesses particulares observará os deveres, impedimentos e vedações previstos no regime jurídico único e a legislação aplicável ao conflito de interesses.

Art. 5º Fica suspensa no âmbito dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, a concessão da licença de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001.

Art. 6º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO  
Ministério do Trabalho e Emprego

## **LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

### **TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS**

.....

### **CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS**

.....

### **Seção VII Da Licença para Tratar de Interesses Particulares**

Art. 91. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

*Parágrafo único.* A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço. ([Artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45, de 4/9/2001](#))

### **Seção VIII**

#### **Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista**

Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites: (["Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.094, de 13/1/2005](#))

I - para entidades com até 5.000 associados, um servidor; ([Inciso acrescido pela Lei nº 9.527, de 10/12/1997](#))

II - para entidades com 5.001 a 30.000 associados, dois servidores; ([Inciso acrescido pela Lei nº 9.527, de 10/12/1997](#))

III - para entidades com mais de 30.000 associados, três servidores. ([Inciso acrescido pela Lei nº 9.527, de 10/12/1997](#))

§ 1º Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. ([Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/1997](#))

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

.....

.....

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.174-28, DE 24 DE AGOSTO DE 2001**

Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....

TÍTULO III  
DA LICENÇA INCENTIVADA SEM REMUNERAÇÃO

CAPÍTULO I  
DA CONCESSÃO

Art. 8º Fica instituída licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, de natureza indenizatória, correspondente a seis vezes a remuneração a que faz jus, na data em que for concedida, ao servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União, ocupante exclusivamente de cargo de provimento efetivo, desde que não esteja em estágio probatório.

§ 1º A licença de que trata o caput deste artigo terá duração de três anos consecutivos, prorrogável por igual período, vedada a sua interrupção, a pedido ou no interesse da administração.

§ 2º A critério da administração, a licença poderá ser concedida em ato do dirigente do órgão setorial ou seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, que deverá conter, além dos dados funcionais do servidor, o período da licença, mediante publicação em boletim interno.

§ 3º O servidor que requerer a licença incentivada sem remuneração deverá permanecer em exercício até a data do início da licença.

Art. 9º É vedada a concessão da licença incentivada sem remuneração ao servidor:

- I - acusado em sindicância ou processo administrativo disciplinar até o seu julgamento final e cumprimento da penalidade, se for o caso; ou
- II - que esteja efetuando reposições e indenizações ao erário, salvo na hipótese em que comprove a quitação total do débito.

Parágrafo único. Não será concedida a licença de que trata o art. 8º aos servidores que se encontrem regularmente licenciados ou afastados, ou àqueles que retornarem antes de decorrido o restante do prazo estabelecido no ato de concessão da licença para tratar de interesses particulares, com fundamento no art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 10. O servidor licenciado com fundamento no art. 8º não poderá, no âmbito da administração pública direta, autárquica ou fundacional dos Poderes da União:

- I - exercer cargo ou função de confiança; ou
- II - ser contratado temporariamente, a qualquer título.

.....  
.....

**FIM DO DOCUMENTO**